

## PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS REFERENTE À SELEÇÃO PÚBLICA

### CONSELHEIROS TUTELARES - MANDATO 2024-2027

01. A prova terá duração de 3(três) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. As provas deverão ser feitas, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), e 01 (uma) questão discursiva.
04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

**"As pessoas não morrem, só acordam do sonho da vida."**

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
  - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente, pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
  - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
  - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
  - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e o caderno definitivo da prova discursiva**, e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

## CONSELHEIROS TUTELARES

### PROVA OBJETIVA

Responder às questões 01 a 09 considerando o exposto no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA - Lei 8.069/1990 (versão atualizada 2023)

01. Segundo previsto no artigo 197-F do ECA, o procedimento de habilitação de pretendentes a adoção deverá ter como prazo máximo de conclusão:
- (A) 120 (cento e vinte dias)
  - (B) 60 (sessenta dias)
  - (C) 90 (noventa dias)
  - (D) 30 (trinta dias)
02. Conforme preconiza o ECA, o adolescente apreendido por força de ordem judicial será, imediatamente, encaminhado:
- (A) Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
  - (B) à autoridade policial competente
  - (C) à autoridade judiciária
  - (D) ao Conselho Tutelar
03. O artigo 144 do ECA prevê que a expedição de cópia ou certidão de atos que digam respeito a criança e adolescente atribuindo-lhe autoria de ato infracional, somente será deferida pela autoridade judiciária competente na seguinte situação:
- (A) com autorização dos responsáveis pela criança ou adolescente
  - (B) se demonstrado o interesse e justificada a finalidade
  - (C) através de defensor público ou advogado nomeado
  - (D) perante solicitação em juízo
04. A renovação da habilitação de pretendentes a adoção deverá ser realizada no mínimo:
- (A) semestralmente
  - (B) bimestralmente
  - (C) trienalmente
  - (D) anualmente
05. Em seu texto o artigo 148 do ECA, determina as competências específicas para a Justiça da Infância e Juventude, sendo uma delas:
- (A) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente
  - (B) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança
  - (C) promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes
  - (D) lavrar auto de apreensão, ouvir as testemunhas do caso e o adolescente
06. No que se refere a perda e suspensão do poder familiar, o artigo 155 define que:
- (A) o procedimento de perda ou a suspensão do poder familiar terá início em caso de indício de ato de violação de direitos da criança ou de adolescente, e posteriormente o juiz comunicará o fato a Vara de Infância e Juventude do município
  - (B) o procedimento de perda ou a suspensão do poder familiar terá início em caso de indício de ato de violação de direitos da criança ou de adolescente, e posteriormente o juiz comunicará o fato ao Ministério Público
  - (C) o procedimento de perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação da Vara de Infância e Juventude ou de quem tenha legítimo interesse
  - (D) o procedimento de perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse
07. Serão regidas pelo ECA, "as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular", por força do artigo 208, quando se referirem a:
- (A) ausência de serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem
  - (B) ausência de inclusão em programa de acolhimento familiar, considerado preferencial em relação ao acolhimento institucional
  - (C) ausência de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança
  - (D) ausência de inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança, e ao adolescente
08. Quanto à apuração de Ato Infracional atribuído ao adolescente, o ECA define que "o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente", será de:
- (A) trinta dias
  - (B) quinze dias
  - (C) sessenta dias
  - (D) quarenta e cinco dias
09. Em relação ao procedimento de destituição do poder familiar, o artigo 163 do ECA, determina que o prazo máximo para conclusão do procedimento será de:
- (A) cento e vinte dias
  - (B) noventa dias
  - (C) sessenta dias
  - (D) trinta dias

## CONSELHEIROS TUTELARES

Responder às questões 10 a 13 considerando o exposto na Resolução nº 231, de 28/12/2022 – do CONANDA.

10. O artigo 3º, Capítulo I, da Resolução nº 231, de 28/12/2022, em seu texto define que em cada município haverá, no mínimo:
- (A) um Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente, em cumprimento ao disposto no artigo 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente
  - (B) um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública, em cumprimento ao disposto no artigo 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente
  - (C) uma Vara de Infância e Juventude, em cumprimento ao disposto no artigo 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente
  - (D) uma Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, em cumprimento ao disposto no artigo 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente
11. No que se refere ao quantitativo de pretendentes habilitados para o processo de escolha dos conselheiros tutelares de cada colegiado, o número mínimo estabelecido no capítulo II, artigo 13, da Resolução nº 231/2022 são:
- (A) cinco pretendentes devidamente habilitados para cada Colegiado
  - (B) quinze pretendentes devidamente habilitados para cada Colegiado
  - (C) vinte pretendentes devidamente habilitados para cada Colegiado
  - (D) dez pretendentes devidamente habilitados para cada Colegiado
12. O capítulo III, da Resolução nº 231/2022, em seu artigo 22 aponta que é vedado ao Conselho Tutelar:
- (A) promover na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes
  - (B) executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas
  - (C) fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento a crianças e adolescente
  - (D) conhecer e se manifestar sobre pedido de adoção
13. No que se refere a preservação da identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar, o artigo 36 da Resolução nº 231/2022, preconiza que:
- (A) o membro do Conselho Tutelar precisará de autorização judicial para se pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelos órgãos em qualquer meio de comunicação
  - (B) o membro do Conselho Tutelar deverá se abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelos órgãos em qualquer meio de comunicação
  - (C) o membro do Conselho Tutelar poderá se abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelos órgãos em qualquer meio de comunicação
  - (D) o membro do Conselho Tutelar tem autoridade para se pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelos órgãos em qualquer meio de comunicação
14. Assinale a opção que descreve conduta proibida ao Conselheiro Tutelar do Município do Rio de Janeiro:
- (A) ausentar-se justificadamente durante o horário de expediente do Conselho Tutelar
  - (B) aplicar medida de proteção com a anuência do Colegiado
  - (C) exercer atividade compatível com o horário de trabalho
  - (D) recusar fé a documento público
15. Assinale a alternativa que corretamente preveja requisito de candidatura para ser membro do Conselho Tutelar do Município do Rio de Janeiro:
- (A) aprovação no exame de conhecimentos específicos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente
  - (B) atuação profissional de no mínimo dez anos com criança ou adolescente
  - (C) ensino superior ou grau de escolaridade equivalente
  - (D) idade superior a trinta anos
16. Dentre as penalidades disciplinares aplicáveis a membro de Conselho Tutelar do Município do Rio de Janeiro, está prevista na Lei Municipal nº 3.282/2001
- (A) suspensão remunerada por trinta dias
  - (B) aposentadoria
  - (C) advertência
  - (D) multa
17. Marque a opção correta quanto às finalidades específicas dos Conselhos Tutelares no Município do Rio de Janeiro, à luz das disposições constantes da Lei Municipal nº 3.282/2001:
- (A) subsidiar o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) no estabelecimento das necessidades e das demandas regionais a respeito das políticas sociais básicas do Município, identificando a ausência ou oferta irregular dos serviços públicos fundamentais ao bem-estar da criança e do adolescente
  - (B) subsidiar o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) no estabelecimento das necessidades e das demandas locais a respeito das políticas sociais básicas do Município, identificando a ausência ou oferta irregular dos serviços públicos ou particulares fundamentais ao bem-estar da criança e do adolescente
  - (C) subsidiar o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) no estabelecimento das necessidades e das demandas locais a respeito das políticas sociais básicas do Município, identificando a ausência ou oferta irregular dos serviços públicos fundamentais ao bem-estar da criança e do adolescente
  - (D) subsidiar o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) no estabelecimento das necessidades e das demandas locais e regionais a respeito das políticas sociais básicas do Município, identificando a ausência ou oferta irregular dos serviços públicos e particulares fundamentais ao bem-estar da criança e do adolescente

## CONSELHEIROS TUTELARES

18. Selecione a opção correta quanto ao procedimento de tomada de decisões para referendar medidas aplicadas às crianças, adolescentes e aos seus pais ou responsáveis, no âmbito do Conselho Tutelar do Município do Rio de Janeiro, conforme dispõe a Lei Municipal nº 3.282/2001:
- (A) as decisões são proferidas apenas pela Corregedoria, uma vez que não cabe ao Conselho Tutelar referendar tais medidas
  - (B) as decisões são proferidas apenas pela unanimidade dos membros do Conselho Tutelar
  - (C) as decisões são proferidas de forma unipessoal pelo Conselheiro Tutelar atuante no caso
  - (D) as decisões são proferidas por maioria dos membros do Conselho Tutelar
19. Em qual das hipóteses abaixo o cargo de Conselheiro Tutelar do Município do Rio de Janeiro permanece ocupado, sem vacância:
- (A) renúncia
  - (B) falecimento
  - (C) perda do mandato
  - (D) posse em outro cargo acumulável
20. Assinale qual dentre as alternativas abaixo traz medida aplicável aos pais ou responsável prevista no art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente:
- (A) encaminhamento a cursos ou programas de orientação
  - (B) internação psiquiátrica compulsória
  - (C) aplicação de multa no valor de um salário-mínimo
  - (D) perda dos direitos políticos
21. Assinale a alternativa que corretamente preveja atribuição do Conselho Tutelar constante do art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente
- (A) determinar o afastamento do agressor do lar de criança vítima de violência doméstica, independentemente de representação à autoridade judicial ou policial
  - (B) requisitar certidões de nascimento e de óbito da criança, do adolescente, ou de qualquer familiar destas
  - (C) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência
  - (D) ajuizar ação de perda ou suspensão do pátrio poder familiar
22. Marque a alternativa correta quanto ao processo eleitoral de escolha de Conselheiro(a) Tutelar, nos moldes do estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:
- (A) o processo eleitoral será fiscalizado pelo Ministério Público
  - (B) o candidato a Conselheiro Tutelar pode dar brindes de pequeno valor a eleitor
  - (C) o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada dois anos
  - (D) a posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha
23. Assinale a opção que traz pessoas que podem servir no mesmo Conselho Tutelar:
- (A) irmãos
  - (B) ex-cunhados
  - (C) tio e sobrinho
  - (D) sogro e genro
24. Assinale a opção correta quanto às disposições sobre os Conselhos Tutelares nos moldes do Estatuto da Criança e do Adolescente:
- (A) os Conselhos Tutelares são compostos por sete membros para mandato eletivo de três anos
  - (B) em cada Município haverá no mínimo um Conselho Tutelar, composto por cinco membros
  - (C) o Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo e jurisdicional
  - (D) é proibida a recondução de Conselheiro Tutelar
25. Assinale a opção correta à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente quanto às medidas de proteção aplicáveis à criança e ao adolescente:
- (A) são princípios que regem as medidas protetivas: a intervenção máxima, a oitiva facultativa da criança e do adolescente, bem como a responsabilidade subsidiária do Poder Público
  - (B) crianças e adolescentes poderão ser encaminhados para acolhimento institucional, sendo desnecessária a Guia Judicial de Acolhimento
  - (C) poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo
  - (D) o abrigo em entidade é medida protetiva permanente e excepcional
26. Marque a opção correta no que concerne aos princípios que regem as entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional ou familiar:
- (A) preservação dos vínculos familiares
  - (B) desmembramento de grupo de irmãos
  - (C) atendimento comunitário e em grandes grupos
  - (D) integração em família substituta, mesmo se possível a manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa
27. São direitos do adolescente privado de liberdade, segundo o rol do art. 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente:
- (A) receber visitas diárias
  - (B) ser informado de sua situação processual mensalmente
  - (C) avistar-se com seu defensor, com acompanhamento do Ministério Público
  - (D) permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável

CONSELHEIROS TUTELARES

28. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende:
- (A) precedência de atendimento nos serviços públicos e particulares
  - (B) preferência na formulação e na execução de todas as políticas públicas
  - (C) primazia de receber proteção e socorro em circunstâncias graves de saúde
  - (D) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude
29. Classifique as afirmativas abaixo como verdadeiras ou falsas e escolha a alternativa correta:
- I – Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher.
- II – Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- III – A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos.
- (A) V, F, V
  - (B) V, V, F
  - (C) V, V, V
  - (D) F, V, V
30. A Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência foi instituída para ser realizada anualmente na semana que incluir o dia:
- (A) 1º de fevereiro
  - (B) 8 de março
  - (C) 10 de maio
  - (D) 12 de outubro
31. Segundo o art. 18-B do ECA, os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso, **EXCETO**:
- (A) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico
  - (B) garantia de tratamento de saúde especializado à vítima
  - (C) perda do poder familiar
  - (D) advertência
32. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo:
- (A) a cada 3 meses
  - (B) a cada 6 meses
  - (C) a cada 12 meses
  - (D) a cada 18 meses
33. Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de:
- (A) visitas periódicas promovidas pela pessoa ou entidade responsável, mediante autorização judicial
  - (B) mensagens em redes sociais e encontros virtuais, com acompanhamento da pessoa ou entidade responsável
  - (C) visitas periódicas promovidas pela pessoa ou entidade responsável, independentemente de autorização judicial
  - (D) mensagens em redes sociais, encontros virtuais e visitas excepcionais, com acompanhamento da pessoa ou entidade responsável
34. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por:
- (A) parentes consanguíneos até o 2º grau (avós e irmãos maiores de 18 anos)
  - (B) parentes consanguíneos até o 3º grau (avós, tios e irmãos maiores de 18 anos)
  - (C) parentes consanguíneos até o 4º grau (avós, tios, primos e irmãos maiores de 18 anos)
  - (D) parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade
35. A colocação em família substituta far-se-á mediante:
- (A) guarda ou adoção
  - (B) guarda, tutela ou adoção
  - (C) tutela, curatela ou adoção
  - (D) guarda, tutela ou curatela
36. É proibido qualquer trabalho a menores de:
- (A) 12 anos, salvo na condição de aprendiz
  - (B) 14 anos, salvo na condição de aprendiz
  - (C) 16 anos, salvo na condição de aprendiz
  - (D) 18 anos, salvo na condição de aprendiz
37. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
- (A) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em instituições dedicadas à educação especial
  - (B) ensino fundamental e médio obrigatórios e gratuitos, desde que cursados de acordo com a idade própria a cada segmento escolar
  - (C) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade
  - (D) oferta de ensino noturno regular aos adolescentes que desejarem trabalhar

38. Quando se tratar de viagem ao exterior:
- (A) a autorização é dispensável se a criança ou adolescente viajar em grupo escolar, sob a responsabilidade de agência de turismo, contratada especificamente para o acompanhamento do grupo em programação pré-definida
  - (B) a autorização é dispensável se a criança ou adolescente exercer atividade remunerada que exija sua presença em outros países, como por exemplo, gravação de novelas e filmes ou participação em campeonatos esportivos
  - (C) a autorização é dispensável se a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro, através de documento com firma reconhecida
  - (D) a autorização é dispensável se a criança ou adolescente viajar na companhia de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco
39. Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e ao adolescente, a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária é:
- (A) vedada
  - (B) permitida
  - (C) autorizada, em caráter excepcional
  - (D) incentivada, quando oportuna ao sustento da família
40. Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos fundos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, serão consideradas as disposições:
- (A) do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as do Programa Nacional de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)
  - (B) do Plano Nacional pela Primeira Infância e as do Programa Nacional de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)
  - (C) do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, do Plano Nacional pela Primeira Infância e as do Programa Nacional de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)
  - (D) do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as do Plano Nacional pela Primeira Infância

